

Economia agrária e a fronteira do café em Minas Gerais¹

Anderson Pires²

Durante muito tempo, a expansão da economia agrária e da fronteira do café na Zona da Mata mineira (de onde saiu entre 90% a 70% da produção do Estado no período em questão), foi confundida (ou mesmo submetida) àqueles padrões que teriam vigorado no Vale do Paraíba fluminense. A proximidade de ambas as regiões, a analogia de suas estruturas de produção, a presença maciça do braço escravo, levaram uma grande parte dos analistas a considerar que também as fases de implantação e declínio da economia cafeeira fossem iguais em ambas às regiões.

Esta discussão, até certo ponto consensual entre os historiadores do café do Vale, entre outros de São Paulo e Minas com seus nítidos sintomas de esgotamento dos solos e declínio da produção em termos absolutos e relativos, e, por isso mesmo, não muito importante para o conhecimento da trajetória do café na região,

é, ao contrário, de extrema importância quando se ultrapassa a fronteira de Minas: nela se fundamenta uma argumentação que nega qualquer dinamismo econômico decorrente da economia cafeeira, igualmente decadente, inviabilizando, mesmo, para alguns não só o processo de industrialização como a própria transição capitalista na região (MARTINS, 1980; LIMA, 1981; CANO, 1985).

Note que estamos falando de um produto típico de exportação em um estado que pode ser considerado um dos melhores exemplos históricos de dinamismo econômico fundamentado em uma economia agrícola de subsistência, voltada para o mercado interno em seus vetores mais importantes para sua evolução histórica. A presença de uma economia de exportação num espaço como este (e não sem razão) foi vista como uma exceção, e como tal foi considerada até muito recentemente, quando a expressão “Zona Silenciosa da Historiografia Mineira”, título de importante artigo de Xavier Pedrosa (1962) sobre a região ainda poderia ser válido em seu sentido geral.

Importante lembrarmos, ainda neste sentido, que a Zona da Mata, quando inserida no território mineiro, representa apenas 5% de seu conjunto, não constituindo,

¹ Este artigo é parte de um projeto de pesquisa patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

² Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

portanto, nem mesmo sobre este aspecto, algo propriamente importante a caracterizar o que seria considerado por “Minas Gerais” pelos historiadores.

Desta forma, o discurso da decadência da economia do café, no período aqui considerado, era e tem sido particularmente conveniente àquela (imensa) parcela que destaca, direta ou indiretamente, a produção de mercado interno, em particular sua capacidade de acumulação e dinamização nas regiões que lhes fossem adjacentes. Além disto, é digno de nota que entre os argumentos dos historiadores mineiros que procuravam “minimizar” o impacto da economia cafeeira no estado encontram-se vários utilizados por uma certa parcela de historiadores paulistas que, a partir de seu próprio ponto de vista, analisaram a questão: crise irreversível a partir da abolição da escravidão, a presença de relações de trabalho sem remuneração monetária, inviabilizando o surgimento de um mercado de consumo de massa e a canalização da maior parte do excedente gerado pela produção para o Rio de Janeiro, escoadouro da produção local para o mercado exterior e localização dos principais comissários e bancos responsáveis pela comercialização e financiamento da produção da região (WIRTH, 1982).

Neste sentido, se a industrialização em Minas Gerais não esteve vinculada à produção agrícola para o mercado exterior, seus inúmeros casos concretos (uma vez que regionais e dispersos pelo estado) estavam muito mais envolvidos com a economia agrícola de mercado interno, mais um exemplo de seu dinamismo e de sua capacidade e de acumulação e diversificação de capitais, e que a industrialização no país pode não ter se articulado tão fortemente com o café e outras *commodities* de exportação³.

Mas, além destes pontos em comum, os historiadores da “decadência” da economia cafeeira em Minas, entre mineiros e paulistas, convergiam em outro aspecto não menos revelador: sua visão era, necessariamente, *externa* àquela da própria região (originadas seja nos centros de pós-graduação em São Paulo ou das inúmeras contribuições de economistas e historiadores da UFMG quando se debruçaram sobre a Zona da Mata) e, talvez, por isso mesmo, subestimaram importantes trabalhos locais, seguramente por sua natureza tradicional e positivista, mas em vários pontos contraditórias com as afirmações realizadas e, em especial, as fontes em que se

³ O excelente trabalho de pesquisa da professora Maria Teresa Ribeiro de Oliveira vem neste sentido, e demonstra, sem sombra de dúvidas, o dinamismo das economias afirmado acima. Outros trabalhos vêm no mesmo sentido, demonstrando a extrema complexidade da economia mineira no correr da segunda metade do século XIX.

baseavam, invariavelmente de natureza oficial, excessivamente genéricas e muitas vezes insatisfatórias (para não dizer contraditórias) em relação a vários dos argumentos levantados.

A interiorização dos centros de pós-graduação no país tem provocado, como era de se esperar, inúmeros efeitos positivos sobre a organização e disponibilização das fontes em várias cidades do interior e, em muitos casos, tem ocorrido uma verdadeira reviravolta nos estudos regionais com o surgimento de novos temas, a completa mudança de perspectiva e importância de determinadas regiões e cidades e, muitas vezes, o abalo de antigas interpretações já consolidadas.

A região da Zona da Mata e a cidade que lhe serve como pólo, Juiz de Fora, podem ser colocadas como um típico exemplo desta constatação. Envolve, explicitamente ou não, em um debate que a coloca desde um mero enclave agroexportador na economia mineira (MARTINS, 1980) até uma das principais regiões produtoras do mundo (PIRES, 2007), com seu centro urbano variando desde uma das principais cidades industrializadas de todo o estado (ANDRADE, 1987; GIROLETTI, 1988) até um mero mito industrial assim chamado de “Manchester Mineira” (NETO, 2008), a cidade e região tem passado nas últimas décadas por um processo de revisão historiográfica bastante intensa, em especial quando se trata da evolução e estrutura de sua economia cafeeira de exportação e quanto à verdadeira natureza de um processo de diversificação urbano industrial que marcou o município desde pelo menos os anos de 1880 (ANDRADE, 1987; GIROLETTI, 1988; MIRANDA, 1990).

Neste contexto, e com a presença de fontes muito mais próximas da realidade a ser estudada, toda a fragilidade da argumentação da decadência da produção ou da falta de dinamismo decorrente da economia cafeeira da Zona da Mata tem se descortinado. Mais ainda, toda uma nova economia de exportação, singular em seus aspectos básicos de ritmo de produção, organização social do trabalho e de financiamento de seu processo de crescimento industrial e urbano com capitais gerados endogenamente, delineando um circuito até certo ponto próprio entre o crescimento dos setores mais representativos do desenvolvimento capitalista, por um lado, e seu financiamento com capitais originados predominantemente, senão exclusivamente, com o capital cafeeiro local, por outro lado. Esta interligação não apenas permite delinear um circuito de acumulação de uma economia cafeeira regionalmente própria, mas também verificar, mediante os devidos mecanismos financeiros, a transferência de recursos do seu

universo agrário de origem para o financiamento e desenvolvimento para do universo urbano-industrial.

Deve ficar claro que o ponto de vista externo à própria região constituiu um dos principais componentes que levaram aos equívocos que marcam esta interpretação. A identificação grosseira dos ritmos de produção da Zona da Mata com o Rio impediu que vislumbrassem a economia local (o sul da região) como área de fronteira da região do Vale do Paraíba e, como tal, com um processo de incorporação produtiva bastante posterior. Alás, o próprio sistema de cultivo que fundamentou o sistema agrário da cafeicultura local (assim como a do Vale), reconhecido com extensivo e marcado pelo abandono das terras esgotadas e a incorporação de matas (FRAGOSO, 1983) pouco é mencionado e a própria idéia de fronteira na economia do café perde em grande parte para a interpretação sua função analítica.

Desta forma, destituem a região de um importante componente de sua identificação espacial e regional, ao menos quando inserida na distribuição e organização espacial da cafeicultura no centro sul do país no período aqui em referência: um *ritmo de produção agroexportador próprio* que, ao contrário do que afirmam, se distanciou significativamente daquele caracterizou o Rio de Janeiro no imediato pós-abolição, quando, aliás, *a região e o estado superam o Rio de Janeiro como segundo maiores produtores do Brasil* (CANO, 1985).

Os próprios historiadores mineiros, também por desconhecerem a importância do sistema agrário na definição da fronteira do café, quando observam a região (muitas vezes com uma perspectiva mais presa ao século XVIII do que propriamente ao XIX) costumam retalhar-lhe em três micro-espacos distintos (CARRARA, 1999), e não por coincidência, exatamente aqueles que reconhecidamente marcaram o desenvolvimento e a forma típicos do avanço da fronteira da economia cafeeira no Brasil (MENDONÇA, 2008, CASTRO, 1980), *sua expansão em três tempos e três espacos distintos*: uma área de decadência ou degradação (o sul da Zona da Mata), uma área de consolidação (sua área central) e uma área de fronteira (no norte e nordeste da região). Desta maneira, e da mesma forma que os exemplos acima, a percepção extemporânea à região acaba por retirar-lhe o que ela na verdade possui de específico e a divisão da Mata mineira em três espacos distintos apenas desconsidera que o verdadeiro componente diferenciador de sua economia frente ao conjunto da economia mineira, o componente que lhe dá ao mesmo tempo *homogeneidade e identidade regionais* é a *natureza exportadora* de sua economia, não necessariamente a estrutura desta economia, tão variável quanto tantas

outras que se desenvolveram no país no mesmo período. Se a divisão existe e possui (como de fato possui) suas raízes no século XVIII, seguramente seu desenvolvimento histórico posterior esteve indissociavelmente vinculado à expansão do café, seguindo o padrão dos três tempos e espaços distintos, bastando para isso verificar o ano de criação dos principais municípios cafeeiros da Zona da Mata e a evolução da fronteira na região (PEDROSA, 1962).

Desta maneira, não é de se estranhar que boa parte desta historiografia se apegue à visão da decadência da cafeicultura a partir do final do século XIX, já que não consideram que a produção da região (em seu conjunto) continuou em ascensão com a consolidação da região central e o início da integração da região mais ao norte e nordeste, ambos obtidos através da expansão ferroviária. Assim, o que é visto como três regiões diferentes e estanques, são, na verdade, parte de um conjunto orgânico, determinado pelo ritmo da expansão cafeeira na região, deixando atrás de si sua marca indelével na dimensão física e espacial da economia e da sociedade da Mata mineira.

Também é importante perceber a fragilidade dos fundamentos empíricos do argumento, uma vez que nenhuma série de produção e exportação de café de Minas confirma a tese da decadência. Se uma tendência de redução caracteriza a série no início do século XX, ela decorre evidentemente mais da severa crise cafeeira que marcou o período do que propriamente de seu principal fator estrutural: o esgotamento dos solos, mesmo que já evidenciado em grande parte para área sul da região (PIRES, 1993; DESTRO, 2006). A utilização de relatos pessoais para a descrição da situação da lavoura cafeeira da Mata neste período (Carlos Prates⁴ é o mais utilizado) evidentemente são mais circunstanciais e coloridos por uma *conjuntura de crise* do que um quadro definitivo do que era a cafeicultura de então. A avaliação de um secretário de estado da Agricultura na região, *colendo dados dos fazendeiros*, num momento em que esta sofria uma de suas piores crises de superprodução e com o estado negociando sua participação no Convenio de Taubaté, é tão tendenciosa que foi percebida na época e comentada em alguns jornais da cidade⁵.

⁴ PRATES, C. *A Lavoura e a Indústria da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

⁵ “Eis aí porque os nossos agricultores pintaram com as mais carregadas cores o estado da lavoura cafeeira: para pedirem proteção e crédito, para obterem-se, esforçarem-se em fazer crer, fundados em algarismos, que a classe está falida e o provaram abundantemente! De fato, quem basear apenas nos cálculos dos srs. fazendeiros compendiados no relatório, convencer-se-á de que a lavoura da Mata está irremessivelmente (?) perdida: acha-se em estado de insolvência.” **Jornal do Commercio**, 21/03/1906.

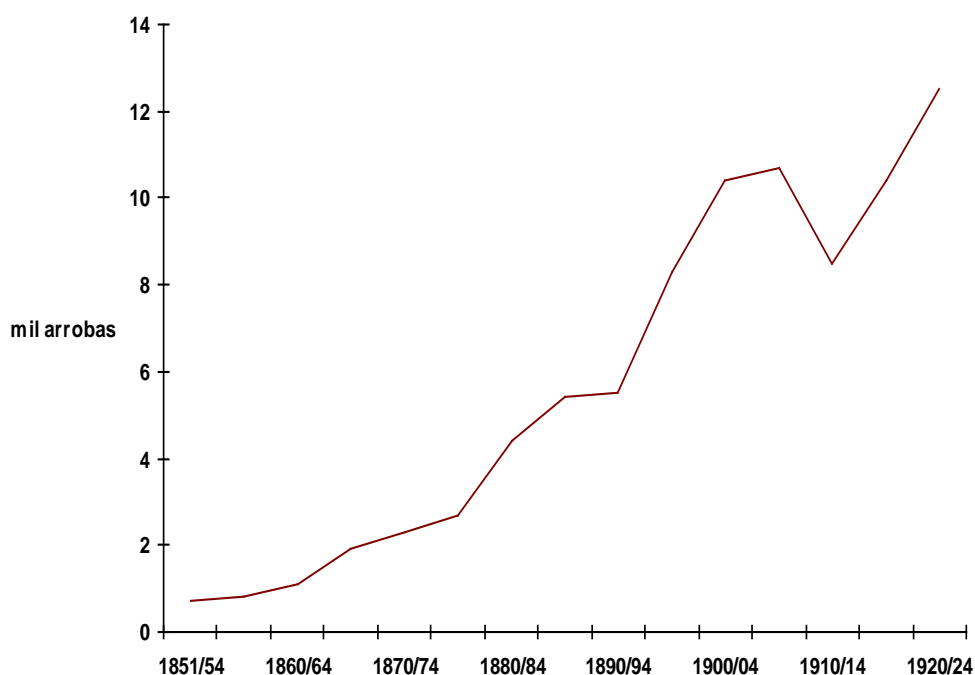
Tabela 18
MÉDIA QUINQUENAL DA PRODUÇÃO DE CAFÉ
MINAS GERAIS
1850/1924
(em arrobas)

QUINQUÊNIO	PRODUÇÃO DE CAFÉ	ÍNDICE
1851/54	711.732	100,0
1855/59	809.780	144,0
1860/64	1.150.152	161,5
1865/69	1.973.591	277,0
1870/74	2.313.954	325,0
1875/79	2.797.420	393,0
1880/84	4.444.583	624,0
1885/89	5.477.724	769,6
1890/94	5.583.195	784,0
1895/99	8.399.271	1.180,0
1900/04	10.492.749	1.474,0
1905/09	10.791.373	1.516,0
1910/14	8.529.278	1.198,0
1915/19	10.412.385	1.463,0
1920/24	12.519.504	1.759,0

FONTE: Alvim, A. “Confrontos e Deduções” IN: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727/1927). Belo Horizonte. Imp. Oficial, 1929, pp. 73-105. apud GIROLETTI, D. “A Industrialização...” op. cit. p. 155.

OBS: Para 1855/59 “a média foi calculada em bases da produção de 4 anos por falta de dados para o ano de 1887, na relação do autor citado”

GRÁFICO 1
Evolução da Produção de Café de Minas Gerais
Médias Quinquenais
1850/1924



Também os impactos do próprio Convênio de Taubaté foram substancialmente subestimados por esta historiografia. Se os preços estabelecidos pela intervenção brasileira para a rubiácia no mercado internacional tornaram mais lucrativa a sua produção em países em piores condições de competitividade, como a Colômbia (que vê sua produção aumentar substancialmente depois e por causa da intervenção brasileira), o mesmo raciocínio, guardadas as devidas reservas, pode ser aplicado para algumas regiões já em estágio de degradação em todo o país. Mesmo aquelas regiões em reconhecida decadência, como o Rio de Janeiro, reveem uma recuperação na produção, fosse em algum espaço ainda possível nas velhas fazendas ou pelo avanço da fronteira para o norte do estado do Rio de Janeiro. Em 1920, da área agrícola ocupada nos principais municípios da Mata cerca de 60 a 90% eram destinados ao café e sua renda bruta chegava a cerca de 80 mil contos de réis (MINAS GERAIS, Carteira Estatística,

1929, p. 78). O mesmo pode se dizer da área de ocupação mais antiga da Mata, com municípios como Juiz de Fora mantendo, ainda em 1926, 12 milhões e meio de cafezais, ocupando uma área média de 16.666 alqueires de terra (MINAS GERAIS, Secretaria da Agricultura do Estado, 1929, p. 156).

É óbvio, sob nosso ponto de vista, que uma economia como esta, que movimentava tamanho volume de recursos decorrentes da exportação de um produto primário, em plena capacidade produtiva, devidamente delineada em seus limites espaciais e históricos, e, mais, com fortes indícios de internalização e reinversão destes recursos em um processo de crescimento urbano-industrial gerado pelo próprio produto principal, constituía, na verdade, um novo caso de “uma economia exportadora cafeeira”, diferenciada, portanto, de suas congêneres identificadas tipicamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

A idéia de que Minas entre meados do século XIX e início do século XX possui uma economia exportadora própria, organizada e identificada com sua região produtora mais importante, a Zona da Mata, pode parecer “descabida” ou “exagerada” por muitos. Afinal, mesmo ocupando o segundo lugar da produção nacional, Minas era responsável, em média, por apenas 17 ou 18% deste total, frente à média de 70% de São Paulo. Este estado sozinho era responsável por mais de metade de todo o café consumido no mundo (CLARENCE-SMITH and TOPICK, 2005). Mas devemos lembrar aqui, conjuntamente com a Profa. Sonia Mendonça, que a idéia de *cafeicultura* é um conceito histórico e, como tal, fartamente utilizado como discurso das elites do estado que era considerado a “locomotiva do país” e promotor do desenvolvimento brasileiro. Neste sentido, para além da distância numérica, os outros casos de expansão e organização da economia cafeeira não podiam fazer par à contribuição histórica de São Paulo, mesmo porque aquela que foi a mais importante (que havia ocupado também o primado na produção mundial e do país) havia se esgotado ainda no final do século XIX.

No entanto, as economias produtoras e exportadoras de *commodities* têm sido objeto de importantes inovações no âmbito teórico-analítico, o que inclui as próprias economias centradas na exportação de café. A perspectiva da cadeia global de mercadorias (*Global Commodities Chains*), em sua nova perspectiva de superação do Estado Nacional como ponto de partida e a colocação dos elos que articulam os diferentes níveis pelos quais passa a *commodity* desde sua produção até o consumidor final é de particular importância para o nosso objetivo.

A substituição da categoria “*Estado Nacional*” pela de região ou o local da produção como ponto de partida, permite uma re-contextualização que altera definitivamente a importância de cafeicultura de Minas Gerais. Além disto, a percepção dos elos que articulam a produção, a distribuição interna, as exportações e o consumo - todos tidos como essencialmente dinâmicos em termos históricos- nos servirão como ferramentas essenciais de análise.

É importante lembrar, como ressaltado anteriormente, que aqueles 5% do território mineiro, correspondem na verdade a cerca de 45.000 km², algo em torno de 70% do território do estado do Rio de Janeiro, o que quer dizer que, em termos práticos e dentro do período desta análise, Minas teve uma área correspondente a quase um estado do Rio para a expansão de sua produção. Talvez este aspecto explique não só a ultrapassagem do estado fluminense como segundo maior produtor do país ainda no início dos anos 1890, como também a sustentação e manutenção do crescimento da produção de Minas Gerais que acompanha o nada modesto crescimento da produção brasileira, de cerca de 400% entre o final do século XIX e o início do século XX (PIRES, 1993; CANO, 1985).

Também se comparada à produção de países inteiros, como a Colômbia, com a produção de um tipo de café de qualidade semelhante e disputando o mesmo mercado, os Estados Unidos, o café da Zona da Mata, sozinho, supera sua produção até o final da década de 1920. Se incluirmos os menores países produtores da América Latina, a produção ainda é superior (PIRES, 2007).

O espaço que aqui dispomos nos impede de avançar em uma análise mais aprimorada das especificidades dos efeitos de encadeamento gerados pela renda decorrente das exportações de café regionais, limitando esta perspectiva à presença de um núcleo urbano de referência (Juiz de Fora) e de uma *hierarquia urbana* no interior da própria região, o que possibilitou, ao contrário da maioria das análises sobre o tema, que boa parte dos recursos gerados pela produção da rubiácea na Mata, a um só tempo, gerasse as oportunidades de investimentos e criasse os recursos necessários para que eles se concretizassem.

Por isso mesmo, desenvolveu-se, em pleno interior de Minas Gerais, uma economia típica de produção e exportação de café que em vários sentidos, rompe com a tradição e raízes históricas de Minas Gerais, invariavelmente identificadas com o século XVIII. Mais, delinea uma economia primário-exportadora de café cujo ritmo, significado econômico e proporção de produção e riqueza a colocam como uma forte

candidata a um espaço de desenvolvimento capitalista essencialmente regional e interiorano, para além daqueles centrais e identificados com as capitais, pudesse completar em grande parte os componentes essenciais para um posterior processo de modernização em todos os sentidos que o termo pode indicar.

Referências:

ANDRADE, S.B. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n° 2, p. 291-306, 1985.

CARRARA, A.A. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

CASTRO, A.B. *A industrialização descentralizada no Brasil*. In: *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Forense Universitária, São Paulo, 1980.

CLARENCE-SMITH, W.G.; TOPICK, S. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. New York: Cambridge University Press, 2005.

DESTRO, J. *A transição da agricultura para a pecuária em Juiz de Fora 1896-1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 2006.

FRAGOSO, J.L. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul 1890-1920*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

GIROLETTI, D. *A industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

LIMA, J.H. *Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MINAS GERAIS, Carteira Estatística. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

MINAS GERAIS, Secretaria da Agricultura do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

MARTINS, R. *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980.

MIRANDA, S.R. (1990). *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1990.

NETO, E. *O mito e (re)invenção da “Manchester Mineira”*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFJF, Juiz de Fora, 2008.

M.T. (1991). **The cotton textile industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906**. PhD. Thesis, University College, London.

PEDROSA, M.X. Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 9, p. 189-230, 1962.

PIRES, A. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870-1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1993.

_____. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira 1850-1930. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 9, n° 1, p. 5-47, 2007

PRATES, C. *A Lavoura e a Indústria da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

WIRTH, J. *O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Jornal

Jornal do Commercio, 21/03/1906.